Aos dez dias do mês de dezembro de 2020, às 14 horas, os membros do Conselho Fiscal da Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo/Agência Peixe Vivo reuniram-se por meio de videoconferência, através da plataforma Google Meet (link: https://meet.google.com/sdd-fsdj-gss), para participarem da 32ª Reunião Ordinária do Conselho de Fiscal. Participaram os seguintes **conselheiros titulares**: João Carlos de Melo, representando o Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM; Márcio Tadeu Pedrosa, representando a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES e Tarcísio de Paula Cardoso, representando a Associação Comunitária dos Chacareiros do Maravilha - ACOMCHAMA. Participaram como **conselheiros suplentes**: Renato Júnio Constâncio, representando a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG; Frederico Luciano Santos, representando a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES e Weber Coutinho, representando a Associação Comunitária de Recuperação da Bacia da Pampulha. **Participaram também**: Berenice Coutinho Malheiros dos Santos, Rúbia Santos Barbosa Mansur, Célia Maria Brandão Fróes, André Rodrigues de Oliveira, Simone dos Santos Reis, Ohany Vasconcelos Ferreira e Thiago Batista Campos, pela Agência Peixe Vivo e Juciana Cavalcante, pela comunicação. O presidente do Conselho Fiscal, João Carlos de Melo, assume os trabalhos e após a verificação do quórum inicia a reunião em primeira convocação, fazendo a leitura da seguinte pauta: Item 1. Abertura e verificação de quórum; Item 2. Informes sobre repasse dos recursos da cobrança pelo IGAM e ANA; Item 3. Aprovação da ata da 31ª reunião do Conselho Fiscal, realizada em 03 de julho de 2020; Item 4. Apresentação dos relatórios financeiros dos contratos de gestão do IGAM e ANA, período de janeiro a outubro de 2020; Item 5. Apresentação do planejamento de investimentos para 2020/2021 dos contratos de gestão IGAM/VELHAS e ANA/CBHSF; Item 6. Encerramento. **Item 2 . Informes sobre repasse dos recursos da cobrança pelo IGAM e ANA.** Com a palavra a Diretora Geral da Agência Peixe Vivo, Célia Froes, diz que como era esperado, até o momento a arrecadação de recursos está abaixo do estimado, principalmente na bacia do rio São Francisco. A expectativa para 2020 era de se arrecadar 41 milhões e houve o repasse de aproximadamente 24 milhões e meio. Informa que a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA não confirmou se haverá outros repasses em 2020 e isso significa que o custeio poderá permanecer negativo em termos orçamentários. Fala que a situação na bacia do rio Verde Grande é a mesma e a arrecadação foi ainda pior, entretanto, tanto o Comitê quanto a Agência são mantidos com repasses adicionais feitos pela ANA. Informa também que o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM fez um acordo com os comitês do rio Pará e rio das Velhas para o repasse parcelado dos recursos contingenciados e que uma parcela do CBH rio Pará já foi paga. Completa dizendo que o Estado de Minas Gerais se comprometeu a não contingenciar os novos recursos arrecadados (a partir de novembro) e que o acordo vem sendo cumprido, pois houve o repasse dos recursos de custeio e investimento da terceira parcela do exercício de 2020 para os comitês do rio Pará e Velhas. Em seguida, Renato Constâncio comenta que cobrou a aprovação das prestações de contas da Agência Peixe Vivo pelo Estado na última reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH e que o Thiago Santana da Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – DGAS do IGAM se comprometeu a fazer contato com a Agência para atualização sobre a situação da análise das prestações de contas. **Item 3 Aprovação da Ata da 31ª reunião do Conselho Fiscal.** Na sequência, o presidente do Conselho Fiscal coloca a ata da 31ª reunião do Conselho Fiscal, realizada em 3 de julho de 2020, em aprovação. A mesma é aprovada sem ressalvas. **Item 4 Apresentação dos relatórios financeiros dos contratos de gestão do IGAM e ANA.** Em seguida, a Gerente de Administração e Finanças da Agência Peixe Vivo, Berenice Coutinho, apresenta os relatórios financeiros. Começando pelo Contrato de Gestão 014/ANA/2010 – CBH rio São Francisco, recurso da cobrança, menciona novamente a queda na arrecadação. Diz que em termos financeiros não há problemas, pois existe um saldo bancário de aproximadamente 111 milhões de reais, porém com aumento do saldo negativo em termos orçamentários, em razão da frustração de receita. Ressalta que a ANA está ciente da situação. Informa que a despesa inicial de custeio prevista e aprovada por este Conselho foi de R$3.100.000,00 e a execução será de no máximo R$2.700.000,00, demonstrando que houve um esforço da Agência Peixe Vivo em conter os gastos. Diz que está trabalhando na reclassificação das despesas com 3 funcionárias da equipe técnica, que serão pagas com recursos de 92,5%, autorizadas por uma Resolução da ANA. Finalmente fala que em relação ao recurso de investimento, a execução está na ordem de 13 milhões reais, se considerado o mês de novembro (que não consta no relatório enviado). Continua dizendo que há um recurso de cerca de 5 milhões de reais na conta destinada ao Plano de Trabalho Especial – PTE que seria executado na região do Baixo São

Francisco. Explica que o projeto foi parcialmente executado, porém como não haverá continuidade, o saldo será devolvido ao órgão gestor (inclusive com os rendimentos). Conclui que há um saldo residual de 8 mil reais na conta destinada ao recurso adicional que será gasto com a aquisição de notebooks. Tarcísio Cardoso pergunta mais detalhes sobre o projeto que será descontinuado e Tiago Campos explica que o PTE é um recurso extraordinário, não proveniente da cobrança, que foi repassado com como objetivo de atender a um projeto para aprimorar o monitoramento de qualidade de águas superficiais do baixo São Francisco. Diz que inicialmente foi contratado um estudo técnico para indicar a complementação da rede existente para monitoramento de vazão e de qualidade de água em regiões que o plano de recursos hídricos considerava como prioridade e que o estudo será concluído em dezembro. A expectativa era que a própria Agência Peixe Vivo contratasse a implantação do projeto após o estudo, porém a ANA decidiu que o trabalho seria encerrado apenas com o diagnóstico e por esse motivo o recurso será devolvido. Ressalta que não haverá perda do investimento realizado e sim uma redução do escopo inicialmente pensado junto à ANA. Na sequência, Berenice Coutinho passa para o Contrato de Gestão nº 083/ANA/2017 – CBH rio Verde Grande. Inicia a apresentação sobre a conta de recursos da cobrança falando que a arrecadação é pequena e o saldo atual em conta é de 195 mil reais. João Carlos de Melo pede mais detalhes sobre o Contrato de Gestão com o Verde Grande e Célia Froes explica que o valor arrecadado pela cobrança não é suficiente para manter a estrutura de uma Entidade Delegatária, considerando que a arrecadação é feita apenas na calha do rio e utilizando o critério antigo de cobrança da bacia do rio São Francisco. Comenta que o Comitê só terá sustentabilidade financeira quando da implementação da cobrança na parte mineira e baiana da bacia, incluindo também a água subterrânea, além de se realizar uma revisão na metodologia e valor cobrado. Informa que a ANA se comprometeu a repassar um valor adicional para manutenção da Agência e do Comitê. Diz que devido à pandemia, não houve avanços na ampliação da cobrança na bacia e a ANA propôs aditivo ao Contrato de Gestão de mais 2 anos, 2021 e 2022. Finaliza dizendo que para a Agência Peixe Vivo a manutenção é vantajosa, pois alguns funcionários da área técnica são pagos com o recurso adicional repassado. Além disso, diz que o IGAM já iniciou os estudos para implementar a cobrança na parte mineira da bacia a partir de 2022. Com a palavra, Thiago Campos comenta que na última reunião plenária do CBH Verde Grande foi aprovado o plano de aplicação dos recursos da cobrança (PAP). Diz que foram propostas poucas ações, privilegiando atividades de comunicação e fortalecimento institucional. Dando continuidade, Berenice Coutinho passa para a conta do recurso adicional, informando que a ANA vem depositando o valor combinado regularmente e que não há problemas com o custeio. Em outubro foi feito o pagamento de 350 mil reais e haverá um saldo que será transportado para 2021. Em relação à conta do PTE, explica que o projeto está sendo executado e o recurso não utilizado também será devolvido após o encerramento. Thiago Campos completa que o PTE teve como objetivo a elaboração do Manual Operativo do Plano - MOP, etapa essa já concluída, e a contratação do estudo de Incremento de Oferta Hídrica – IOH. Foram realizadas oficinas, mesmo durante a pandemia, e o estudo está se encerrando com a indicação de um investimento prioritário que é a construção de uma barragem de regularização chamada de Água Limpa entre os municípios de Mirabela e Montes Claros/MG. Com relação ao Contrato de Gestão nº 03/IGAM/2017 – CBH rio das Velhas, a Gerente de Administração e Finanças informa que diferentemente da ANA, o IGAM não autorizou a utilização de recurso de investimento para cobrir as despesas de custeio e no mês de julho, o órgão gestor realizou o repasse de 637 mil reais de custeio referente aos trimestres 2/2019, 3/2019 e 1/2020. Completa dizendo que este recurso será suficiente para manter as despesas de custeio até maio de 2021 e que a Agência está contando também com a regularização dos repasses. Finaliza informando que já foram investidos cerca de 5 milhões de reais em ações de investimento. Thiago Campos completa dizendo que o que melhora o desempenho de investimento são as ações de cunho estrutural, porém devido à pandemia não houve muito avanço nessa área. Finaliza informando que o CERH aprovou o reajuste do preço público unitário (PPU) da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio das Velhas e que a tendência é que o valor arrecadado aumente em torno de 41% a partir de janeiro de 2021 e 41 % em janeiro de 2022. Com a palavra, Tarcísio Cardoso pergunta mais detalhes sobre a negociação entre os Comitês Estaduais e o IGAM para o repasse dos recursos contingenciados e Ohany Vasconcelos explica que os Comitês receberam no dia 02/10/2020 um ofício do Diretor Geral do IGAM com uma proposta de regularização do passivo da cobrança pelo uso de recursos hídricos em 72 parcelas iguais e o CBH rio das Velhas, por meio do ofício nº 57/2020, manifestou pelo aceite da proposta de repasse financeiro em

parcelas, entretanto, solicitou que o pagamento fosse em 42 parcelas com correção da taxa Selic. Completa dizendo que o CBH do rio Pará não formalizou resposta e que a Agência Peixe Vivo ainda não teve conhecimento de retorno do IGAM a respeito da contraproposta do CBH rio das Velhas. Célia Froes deixa claro que a Agência Peixe Vivo não participou das negociações, apenas auxiliou no encaminhamento dos ofícios, cumprindo seu papel de secretaria executiva. Dando continuidade, Berenice Coutinho inicia a apresentação sobre o Contrato de Gestão nº 01/IGAM/2016 – CBH do rio Pará dizendo que a Agência Peixe Vivo chegou a preparar o aviso prévio da funcionária que atende ao comitê, mas houve repasses em outubro que trouxeram certa tranquilidade para o custeio e a demissão não foi concretizada. Disse ainda que com o repasse dos recursos de 92,5%, o Comitê poderá iniciar os investimentos na bacia. Thiago Campos completa falando que o CBH do rio Pará aprovou em Plenária o plano plurianual de aplicações (PPA) e que uma das ações prioritárias será a atualização do plano diretor da bacia, que está desatualizado. Na sequência, Berenice Coutinho diz que a ANA realizou sua auditoria anual e que inicialmente não foi identificado nenhum problema que impeça a aprovação da prestação de contas. Comenta, entretanto, que as prestações de contas enviadas ao IGAM ainda não foram aprovadas. Com a palavra, Célia Fróes informa que, por demanda da Agência Peixe Vivo, foi realizada uma oficina com especialistas da ANA, visando à implantação da Gestão de Riscos e Compliance na Agência. Participaram da oficina toda a diretoria e alguns funcionários que serão multiplicadores nas suas áreas de atuação. Diz ainda que está sendo atualizado o Planejamento Estratégico da Agência com vistas à melhoria contínua da gestão. Em seguida, Tarcísio Cardoso pede que um representante da contabilidade e auditoria independente estejam presentes nas reuniões do Conselho Fiscal e Berenice Coutinho diz que eles serão convocados para as próximas. **Item 4 Apresentação do planejamento de investimentos para 2020/2021 dos contratos de gestão IGAM/VELHAS e ANA/CBHSF.** Com a palavra Célia Fróes contextualiza que a Agência Peixe Vivo se organizou para atender a uma grande carteira de projetos em 2020, porém várias ações previstas foram prejudicadas pela pandemia, com contratos sendo suspensos; sessões de licitação adiadas, além do caso de uma empresa que não conseguiu executar o trabalho para o qual o foi contratada, gerando rescisão contratual unilateral. Disse que ainda assim, a Agência trabalhou muito e no caso do CBH São Francisco, por exemplo, a execução de 2020 será maior do que a de 2019. Finaliza dizendo que a Agência pretende trabalhar junto aos Comitês prioritariamente com demandas induzidas, facilitando a criação de indicadores para medir a melhoria da quantidade e qualidade da água. Na sequência, Thiago Campos apresenta brevemente a planilha criada com o objetivo de acompanhar as demandas repassadas pelos Comitês, sobretudo SF e Velhas. Comenta que ao final de 2019 foi identificada uma carteira com mais de 80 demandas e que o que não é executado em um ano é transportado para o ano seguinte. Finaliza dizendo que a pulverização dos projetos do CBH Velhas é preocupante, mas que a partir de 2021 o planejamento é avançar mais com as ações estruturais. Tarcísio Cardoso pergunta sobre o viveiro de mudas langsdorff e Thiago Campos diz que o em termos operacionais o viveiro está funcionando normalmente, muito embora operando com a capacitada muito aquém do esperado. Diz ainda que 2021 será o último ano de operação do mesmo. **Item 6 Encerramento.** Não tendo mais assuntos a tratar, o Presidente do Conselho encerrou a reunião da qual se lavrou a presente ata, que após lida e aprovada pelos presentes, será assinada pelo Presidente do Conselho Fiscal e Secretária *ad hoc.*

João Carlos de Melo
Presidente do Conselho Fiscal

Simone dos Santos Reis
Secretária *ad hoc*